



CÂMARA MUNICIPAL MACAÚBAS

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA (22ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO (2º) PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022), DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA.

Ao primeiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte e dois (01/12/2022), às oito horas e dez minutos (08h10min) sob a Presidência do Vereador ROBERTO CARLOS ROCHA, Secretariado pelos Edis: ROBERTO OLIVEIRA SOUSA (Primeiro Secretário) e WILLIAN SILVA SOUZA (Segundo Secretário), em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa de Leis, deu-se início a vigésima segunda Sessão ordinária do segundo período do ano de dois mil e vinte e dois, estando presentes os seguintes vereadores: José dos Anjos Santos, Jurandi Costa Silva, Jurandi de Sousa Amaral, Marcelo Antônio Nogueira Costa, Márcia da Silva Benda, Marciel Costa Souza, Ricardo Azevedo Longa, Ricardo Luciano Figueiredo Costa, Roberto Carlos Rocha, Roberto Oliveira Sousa, Rosenilton Defensor Araújo, Valmir Conceição dos Santos, Waldomiro Sobrinho Mória e Willian Silva Souza. Com a ausência do vereador Roberto Cléber Oliveira Rêgo. **Na primeira parte - Pequeno Expediente**, observando que havia número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão cumprimentando as pessoas presentes, internautas e ouvintes da FM 103,9. Em seguida, foi realizada a oração de praxe (Pai-Nosso), e após, foi consultado sobre a aprovação da ata da sessão anterior, a qual foi entregue cópias nos Gabinetes dos vereadores para análise, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes sem retificações. Na sequência, o **Presidente** autorizou a Secretária a realizar a leitura da seguinte proposição: INDICAÇÃO Nº 264/2022 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022 ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Vereador Valmir Conceição dos Santos, propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, a construção de uma Quadra Poliesportiva no Bairro Cidade Nova, nesta Cidade de Macaúbas – Bahia; DECRETO LEGISLATIVO Nº 89/2022 “Concede Título Honorífico de Cidadão Macaubense ao Senhor Oilson Batista Neves; OFÍCIO Nº 777/2022 DATADO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, oriundo do Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, encaminhando o Projeto de Lei nº 194/2022, o qual “Dispõe sobre a Nova Lei de Concessão de Diárias no âmbito de Administração Municipal de Macaúbas/BA, como abaixo se especifica e dá outras providências;” PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 194/2022 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022 “Dispõe sobre a Nova Lei de Concessão de Diárias no âmbito de Administração Municipal de Macaúbas/BA, como abaixo se especifica e dá outras providências”; OFÍCIO Nº 778/2022 DATADO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, oriundo do Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, encaminhando o Projeto de Lei nº 195/2022, o qual “Dispõe sobre Autorização para Concessão de Subvenção ao Centro Ilê Axé Ode Casa dos Orixás do Município de Macaúbas/BA, como abaixo se especifica e dá outras providências”; PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 195/2022 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022 “Dispõe sobre Autorização para Concessão de Subvenção ao Centro Ilê Axé Ode Casa dos Orixás do Município de Macaúbas/BA,

Roberto Oliveira Sousa
Primo

como abaixo se especifica e dá outras providências"; OFÍCIO Nº 782/2022 DATADO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022 ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, informando a esta Casa Legislativa que o Município de Macaúbas possui condições orçamentárias para arcar com as despesas e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto do Contrato de Repasse nº 921801/2021 firmado entre o Município de Macaúbas e a Caixa Econômica Federal; **DECLARAÇÃO DE DISPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ARCAR COM AS DESPESAS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO**, do Prefeito Municipal, Aloísio Miguel Rebonato, declarando sob as penas da Lei, que o Município de Macaúbas possui condições orçamentárias para arcar com as despesas e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto do contrato de repasse 921801/2021, incluindo sua operação e manutenção (Lei nº 14.116/2020, art. 83, § 2º e Lei nº 14.194, de 20/08/2021, art. 82, § 2º. Declarando ainda que foi realizada comunicação do respectivo Poder Legislativo do compromisso assumido, conforme ofício de comprovação nº 782/2022 encaminhado à Câmara Municipal. Prosseguindo com o **PEQUENO EXPEDIENTE** o Presidente **Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)** agradeceu a Deus pela chuva em abundância em nossa região e logo após, passou a palavra ao **Primeiro Secretário Roberto Oliveira Sousa (Roberto de Zé de Enedina)** para coordenar os trabalhos, o qual deixou seus cumprimentos aos presentes, ouvintes da 103,9 e internautas e passou à palavra aos Senhores Vereadores pelo tempo regimental de 03 (três) minutos. Fez uso da palavra o vereador **Jurandir Costa Silva** que iniciou sua fala saudando todos os presentes e ouvintes da fluente sessão através dos meios de comunicação. Após isso, elogiou a ação do Secretário Municipal de Cultura, Gil de França, referente a ornamentação da Praça, ao tempo que parabenizou os comerciantes pela adesão, pontuando ter sido uma parceria que dará certo, a praça está ficando bonita e servirá também para a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, na oportunidade, parabenizou a Comissão organizadora da Festa da Padroeira que já deu início ao novenário. Em seguida, referiu-se a Secretaria Municipal de Infraestrutura, abordando que o Secretário Salvador já deu início a operação tapa buracos na cidade em consequência das chuvas sequenciadas no mês de novembro, que apesar de trazer alegrias especificamente ao homem do campo, não deixa de ter transtornos, porém a Secretaria já está exercendo sua função com a operação já citada, assim como na reposição de lâmpadas de postes queimadas em consequência dos raios e com isso, preparando para os festejos de final de ano, a exemplo do Moto Fest sobre o qual terá despesas, mas em contrapartida, haverá entrada de recursos financeiros na cidade com movimentações da economia local. Após as colocações acima, solicitou que o Secretário Municipal de Infraestrutura também faça reparos nas estradas vicinais do município que começaram a danificar com as chuvas e assim evitar que estraguem muito. Já o vereador **José dos Anjos Santos (Ié)** iniciou sua fala saudando todos os presentes no recinto. Feito isso, narrou que nos últimos dias recebeu reclamações de diversos motoristas dos segmentos da administração pública, quanto ao valor recebido nas diárias de viagens, revelou que o valor a ser recebido chega até R\$ 50,00 (cinquenta reais) sendo insuficiente para suprir as necessidades alimentícias desses profissionais que precisam fazer viagens fora do município. Seguindo no mesmo contexto, abordou que o pagamento de diárias para Salvador não condiz com o tempo da viagem realizada pelo motorista, chegando a aproximadamente 24 horas só na estrada, e recebe apenas uma diária. Quanto ao Projeto apresentado na fluente sessão referente às diárias, citou esperar que seja executado, ao tempo que sugeriu que os motoristas fiquem atentos e registre as viagens feitas para uma eventual necessidade de entrar na justiça para ter garantia de direitos. No ato, declarou que apesar do curto prazo, é preciso que ocorra a votação do Projeto mencionado o quanto antes, em prol dos profissionais. Por sua vez,

Roberto Oliveira Sousa

BR

BR

o vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** deu início sua explanação cumprimentando todos os presentes na fluente sessão, assim como os que acompanham pelos diversos meios de comunicação. Em seguida, afirmou que no grande expediente irá falar sobre o Projeto considerado polêmico a ser votado no corrente dia. Após isso, revelou que recebeu informações de pessoas dessa municipalidade que além das deficiências corriqueiras da área da saúde citou ser necessário averiguar se procede a notícia que circula sobre a intenção da gestão pública em privatizar o hospital, frisou que se for verídica a informação é o "fim da saúde" de município. Seguindo no mesmo contexto, declarou que a atual Secretária da pasta aparenta que veio com essa intenção, uma vez que desde que assumiu nada executou nem evoluiu. Relatou que há tempos atrás isso já aconteceu no hospital de Macaúbas, ocorrendo demissões dos profissionais aqui residentes, pois as empresas trazem pessoas alheias ao município, sendo uma gravidade e mais uma arbitrariedade dessa gestão. Explanou a vereadora **Márcia da Silva Benda** que iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes no recinto e os que acompanham a afluyente sessão através dos meios de comunicação. Após, solicitou que a mesa diretora emita uma Moção de Apelo ao Senado Federal para que haja a revogação da decisão contrária ao pagamento do PIS salarial dos profissionais da área da enfermagem, esclareceu que esse foi um pedido recebido de profissionais da área e está sendo uma prática comum em algumas Câmaras de Vereadores, é uma forma dos municípios se solidarizarem com os profissionais citados e solicitou mais uma vez que a mesa diretora a faça, assim como que os colegas aprovam, caso isso ocorra, essa Câmara será destaque frente às demais da região da Bacia do Paramirim. O vereador **Valmir Conceição dos Santos** iniciou sua explanação saudando todos os presentes no recinto. Feito isso, pronunciou sobre a Indicação de sua autoria apresentada na fluente sessão solicitando uma quadra de esportes para o bairro Cidade Nova, frisou que no referido bairro já existe uma sobre a qual os moradores solicitam reforma ou reconstrução. Em seguida, concordou com o solicitado pela vereadora Márcia, ao tempo que declarou ter sido o STF - Supremo Tribunal Federal que optou por anular da Lei do piso salarial dos profissionais da área da enfermagem. Após isso, teceu comentário sobre o abordado pelo colega vereador Ricardo Costa referente à terceirização do hospital, abordando esperar chegar a esta Casa Legislativa para melhor discussão, ao tempo que frisou que sempre abordou que o Gestor que pretende terceirizar a área da saúde é porque não quer trabalhar em prol do povo do município, uma vez que administra os recursos financeiros em sua totalidade e com a terceirização, fragmenta os recursos e tende a piorar o serviço público do município. Já o vereador **Waldomiro Sobrinho Mória (Vá de Lindolfo)** iniciou sua fala saudando todos os presentes na fluente sessão e os ouvintes que os acompanham através dos diversos meios de comunicação, ao tempo que propôs Moção de Pesar a família de Dona Maria, em memória, sua tia moradora da comunidade de São Gonçalo. Após as colocações acima, assegurou concordar com tudo que foi dito pelos colegas, afirmando que até o presente momento nenhuma proposta foi apresentada nesta Casa Legislativa que viesse beneficiar o povo, e quando surgiu, não chegou a quem tivesse direito, a exemplo do repasse aprovado pelos Edis para os enfermeiros atuantes na linha de frente da Covid-19, assim como o repasse dos Precatórios sobre o qual havia falácias de que só dependia da Câmara dos Vereadores, e após aprovação, não se houve falar. Salientou que as ações não passam de falatórios e as propostas encaminhadas a esta Casa Legislativa são direcionadas à aquisição de recursos financeiros e/ou cobranças de taxas dos menos favorecidos, ao tempo que mencionou que junto a isso chega o comentário de terceirizar a área da saúde. Sobre o último tópico citado, o referido vereador solicitou que se não quiser trabalhar (sem citar nome) renuncia, anunciando que existe quem queira. Sinalizou ser comum ser visto pessoas que pregam algo na campanha eleitoral e após ganhar as eleições fazer diferente,

Roberto Oliveira Sousa
Ribeira

citando exemplo do Projeto apresentado referente às diárias, explicando que o Vice-Prefeito tem direito legal de recebê-las, já apresentou diversas e não são concedidas, havendo o descumprimento de lei e a esses moldes o Projeto não irá ser aprovado, salientou que o não pagamento de diárias ao Vice-Prefeito é em decorrência de perseguição política, onde desde o primeiro momento que foi expulso da Prefeitura, que o Poder Executivo não lhe faz o pagamento das diárias, com isso o vereador a explanar voltará contra o Projeto citado. Por sua vez, o vereador **Marcelo Antônio Nogueira Costa** deu início sua fala cumprimentando todos os presentes na fluente sessão, assim como os que a acompanham por intermédio dos meios de comunicação. Feito isso, fez comentários sobre o Projeto do Código Tributário a ser votado na presente sessão, sobre o qual citou ser necessário dar resposta à população. Seguindo na mesma temática, divulgou que há situação difícil que pessoas dessa municipalidade passam no momento igualmente nunca foi visto e para exemplificar, narrou que no decorrer dessa sessão o mesmo recebeu em torno de cinco mensagens de pessoas carentes solicitando ajuda para pagamentos de contas corriqueiras, citando-as. Em tempo, declarou voto desfavorável a aprovação do Projeto já citado e espera juntamente aos demais conseguirem "derrubá-lo" na primeira e segunda votação, assim como espera que nenhum legislador venha pedir Vista do Projeto em tese e se assim for, será uma tentativa de driblar a população desse município, frisando que além dos legisladores a população também está atenta ao mesmo. Enfatizou que um Projeto de Reforma Tributária é de grande relevância ao município, porém não nas condições que o município de Macaúbas se encontra atualmente, e para tanto, salientou ser necessário estruturar o município na área da saúde e infraestrutura, uma vez que no Projeto citado é embutido cobrança de taxas sobre o saneamento básico o qual já tem projeto aprovado e precisa avançar. Quanto à terceirização do hospital, expôs que esse município já vivenciou isso e não obteve resultados satisfatórios, ao contrário disso, o órgão citado foi saqueado com trocas dos equipamentos novos para velhos, tendo o município a perder e que diferente disso, espera-se que a saúde do município venha a avançar, ao tempo que propôs ao Presidente da mesa dos trabalhos que seja agendada uma reunião com a Secretária Municipal de Saúde juntamente com sua equipe, para palpitar sobre os avanços que possa haver na área da saúde dessa municipalidade. Voltando ao contexto do Projeto do Código Tributário, frisou que é importante, mas não para este momento, sendo o mesmo constitucional, mas imoral, ao instante que propõe aos colegas que não tente algo que venha tentar enganar o povo que também está atento. Começou explanar o vereador **Rosenilton Defensor Araújo (Nito)** saudando a todos os presentes no recinto e ouvintes através dos meios de comunicação. Logo após, abordou que apesar das dificuldades enfrentadas pelo município, há muitos problemas em decorrência da chuva como as estradas interditadas, ao tempo que parabenizou o Secretário Municipal, Salvador, pelas ações desenvolvidas na operação tapa buracos. Feito isso, direcionou sua fala a população da comunidade de Lagoa do Maurício comunicando que na tentativa de falar com o Prefeito sobre a situação que se encontra o campo de futebol, não obteve sucesso, porém posteriormente a essa Sessão, acredita ser possível conversar com o Gestor e observará a proposta para solucionar o problema mencionado. Na sequência, narrou que um colega (sem citar nome) citou que a intenção de privatizar a área da saúde é porque "não presta", ao tempo que o questionou sobre a limpeza pública da Sede, uma vez que foi terceirizada pela gestão anterior, ainda no contexto da Saúde, declarou acreditar que será benéfica e aguardará chegar a esta Casa Projetos afins. Na **segunda parte – Grande Expediente** fez uso da palavra os seguintes vereadores: Em uso da palavra, o vereador **Roberto Oliveira Souza** fez os cumprimentos seguidos de agradecimentos e avaliação técnica do desempenho desta Casa Legislativa no decorrer do presente ano, pontuando que não obtiveram o rendimento satisfatório, uma vez que as cobranças/demandas oriundas da população

Roberto Oliveira Souza

Roberto

Roberto

repassadas pelos Edis ao Poder Executivo não foram atendidas satisfatoriamente. No ato, mencionou esperar que para o ano vindouro, através do Orçamento Financeiro sobre o qual foi aprovado apenas 10% de suplementação para o Poder Executivo, esta Casa Legislativa tenha mais participação junto à Administração Pública para que os trabalhos cheguem a atender a população, a exemplo de estradas das Comunidades de sua região, citando-as e relatando as dificuldades corriqueiras especificamente no período chuvoso, ao tempo que desejou a toda população um Feliz Natal, um Próspero Ano Novo e que os Legisladores possam realizar as cobranças do Povo por intermédio desta Casa Legislativa. Por sua vez, o vereador **José dos Anjos Santos (Ié)**, após os cumprimentos de rotina, declarou voto desfavorável ao Projeto de Código Tributário que será votado na presente sessão, justificando que para apresentar Emendas ao mesmo seriam diversas e não dispõem de tempo suficiente para tanto. Salientou que independentemente da quantidade de vezes que o citado documento for apresentado, dará voto contrário a aprovação por consequência de cobrança da CIP - Contribuição de Iluminação Pública, frisando que pra isso é necessário que todos os postes em frente às residências estejam com lâmpadas. Expôs que outro motivo pelo qual não aprova o referido Projeto é a proposta de cobranças de taxa aos mais pobres, enquanto está deixando de fazer cobranças significativas dos ricos que levam as riquezas dessa municipalidade para fora do Estado. Abordou que a reforma tributária do município de Macaúbas é necessária, porém diante da crise financeira que esse município, assim como todo o país vive, não é o momento, sendo preciso cuidado dos recursos públicos, ao tempo que alegou haver serviços em deficiências na área da saúde, ineficiência da Secretaria de Esportes, entre outras inativas, e questionou se vai taxar a população para nada fazer. Na oportunidade, propôs que toda bancada da oposição vote contra o Projeto já citado. O vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** cumprimentou a todos, e em seguida, discorreu comentários sobre a indicação do Projeto para identificação de veículos próprios e locados do município de Macaúbas, especificando que após aprovação por unanimidade dos legisladores desta Casa Legislativa o mesmo foi vetado pelo chefe do Poder Executivo, afirmou ser o mesmo de grande relevância, uma vez que sem identificação não fica nítido quais são os veículos de uso do município e narrou que em meio aos carros já foram vistos transportando senhoras para Shopping em Vitória da Conquista, esclareceu que isso ainda acontece porque o Prefeito preza por uma gestão direcionada aos próprios interesses e não quer transparência, no instante em que propôs que todos revejam o que está acontecendo. Após as colocações acima, pontuou que quando o chefe do Poder Executivo quer fazer algo, executa, citando o exemplo do aumento da tarifa da conta de água em 30%, aproximadamente, já executada pelo SAAE -Serviço Autônomo de Água e Esgoto. No ato, expressou que no momento chega a proposta de cobrança através do Projeto de Código Tributário, o qual o mesmo considera absurdo, uma vez que vem fazer cobranças aos mais pobres, frisou ser relevante a aprovação de um novo Código Tributário desse município, mas diferentemente do que vem sendo apresentado nesse, para exemplificar, alegou que atualmente as mineradoras pagam R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por licença, valor inferior a outros municípios citando os ganhos do município de Boquira referente ao mesmo contexto, ao tempo que pronunciou que a cobrança atual dessa municipalidade já é baixa e a nova proposta ainda vem reduzi-la para R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e com isso, caracteriza que, de quem o chefe do Poder Executivo poderia cobrar mais tende a reduzir, enquanto direciona cobranças ao pobre. Na oportunidade, assegurou que votará contrária a aprovação do Projeto em tese, mas quer que o mesmo retorne de modo correto para propiciar uma discussão com a população em uma sessão aberta e não vindo de pessoas alheias ao município, tributaristas que não tem conhecimento sobre a realidade aqui existente. Sugeriu aos colegas que fiquem atentos, tenha consciência e olhem para o povo que os escolheram para representá-los. Começou

Roberto Oliveira Sousa
 Prada

explicar a vereadora **Márcia da Silva Benda**, fazendo os cumprimentos sequenciado de comentários referente o evento promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura, na semana anterior, no qual foi entregue kits para os agricultores, bem como foi de grande relevância a participação do representante da Logurte Cooper - Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos o qual demonstrou interesse na produção de aipim e batata doce desse município, ao tempo que expôs aos produtores que tiver interesse de produzir em grande escala que procura a secretaria citada. A vereadora salientou que a empresa supracitada é responsável pela distribuição de alimentos orgânicos para merenda escolar de São Paulo e isso propiciará incentivo aos produtores produzir em grande quantidade, estando a Secretaria Municipal de Agricultura preparada dispondo de profissionais da área para orientar os produtores interessados em investir e que, além dos dois itens citados, surge a oportunidade de inserir outros posteriormente, frisou que tendo a possibilidade de compradores é um incentivo aos agricultores e empreendedores. Na sequência, parabenizou a iniciativa da gestão municipal e a adesão de aproximadamente 80 (oitenta) comerciantes para ornamentar a praça, e com isso vindo a estreitar laços, sanando questões políticas partidárias, valorizando o momento do Espírito natalino e resgatando momentos que veio distanciar as pessoas através de questões sanitárias impostas em consequência da covid-19, declarando ser esse o caminho a ser percorrido. Feito isso, se solidarizou com as colocações do colega Roberto Oliveira quanto as indicações e falta de ações, especificamente nas estradas do Baixio. Já o vereador **Marciel Costa Souza**, fez as saudações de praxe e logo após, propôs a mesa diretora que em nome dos legisladores faça uma indicação ao Poder Executivo para que realize uma análise na água da Lagoa de Vargem do Boi, narrando ser visto pessoas fazendo pescas para consumo humano sem saber se podem ingerir. Após as colocações acima, fez cobranças mais uma vez para que refaça a ponte que quebrou há dois anos na comunidade de Jiboia, revelou que já foi Secretário Municipal ao local indicado, houve promessas, mas não fez a execução, sinalizou que nesse período chuvoso se for preciso ir ao cemitério será necessário transportar os caixões nas costas como antigamente faziam, não tão somente moradores da comunidade citada e sim toda região que quando precisa utiliza o mesmo cemitério. Na oportunidade, declarou que irá fazer a Indicação da emenda impositiva para execução da obra mencionada, e para tanto, é necessário que o Prefeito tenha bom senso e observe que não pode deixar as pessoas isoladas no período chuvoso por dois anos. Em seguida, explicou que há necessidade de ajustes do Código Tributário, mas defendeu que seja de modo divergente ao que foi apresentado, é necessária uma ampla discussão, várias audiências públicas, defendeu que ocorra quando os feirantes estiverem usufruindo da Feira Nova com tudo organizado, bem como declarou que passam por um momento de pandemia, onde comércios ficaram fechados não sendo justo pagar uma taxa no momento, assim como os barraqueiros que mesmo não vendendo terá que pagar uma taxa diária. Seguindo na mesma temática, complementou a fala do colega Vereador Marcelo quanto às dificuldades no cotidiano das pessoas, sendo comum bater a porta pedindo aquisição de um gás de cozinha, no instante que defendeu que os assalariados como Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, entre outros funcionários, paguem, mas questionou como as pessoas carentes vão conseguir pagar as taxas. Em tempo, apelou aos colegas vereadores para que olhem para aqueles que os colocaram frente a vereança, uma vez que quem vota no vereador não é Secretários e nem Prefeito, e sim o povo. Sugeriu que o Projeto em tese volte de modo propício que o povo possa pagar e afirmou que aos moldes que se encontra apresentará voto desfavorável. Fez uso da palavra o vereador **Waldomiro Sobrinho Mória (Vá de Lindolfo)**, que iniciou sua explanação fazendo os cumprimentos corriqueiros. Na sequência, parabenizou os colegas que o antecedeu pontuando que todos estão atentos ao que está sendo encaminhado a esta Casa Legislativa, bem como parabenizou os que acompanham a

Roberto Oliveira Souza

Roberto

Waldomiro

fluente sessão de suas residências pelos diversos meios de comunicação, ao tempo que assegurou lhes tranquilidade revelando que os legisladores irão fazer o “dever de casa” e defender a população carente. Comunicou que tem observado que nos Projetos que chegam nessa Câmara de Vereadores não é visto algo que favoreça a população mais carente, declarou ainda que as Indicações de Leis benéficas a classe carente não são aceitas e para exemplificar, mencionou o Projeto de identificação dos veículos que o chefe do Poder Executivo vetou, citou que a ação foi intencional, uma vez que se fizesse a identificação não poderiam estar desfilando (sem citar nomes) com os carros novos, frisou que os veículos não são pertencentes ao Prefeito e nem ao vereador e sim ao povo dessa municipalidade. Seguindo no mesmo contexto, proferiu que existem itens que o povo de Macaúbas precisa estar ciente de que se não fosse a Câmara dos Vereadores o povo estaria sendo “saqueado”, a exemplo do Projeto de R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) de empréstimo que não foi aprovado, assim como o Projeto a ser votado na presente data, o qual prejudica diretamente os mais carentes, trabalhadores rurais que tragam sua mercadoria para vender que é proposto pagamento de taxa sendo que ocorre de haver dias que nem vendem seus produtos, assim como barraqueiros, mototaxista que iriam pagar a taxa caso o Projeto em discussão fosse aprovado, afirmando que os vereadores não vão aprová-lo. Narrou que as propostas são oriundas da equipe de governança do Prefeito que não o orienta em nada que venha beneficiar a população carente e sim prejudicá-la com as propostas apresentadas, mencionou que a proposta de baixar de R\$10.000,00 (dez mil reais) para R\$2.000,00 (dois mil reais) a taxa dos garimpos é em consequência de ser proprietário (sem citar nome) e pretende explorá-los no âmbito do município, porém é esperado que com as ações do próximo Governo Federal haja proteção do Meio Ambiente frente aos garimpos ilegais, assim como da Amazônia, aos moldes que foi no governo anterior do ex-presidente Lula chegando aproximadamente a zero, diferentemente do atual governo, o qual tem paradeiro desconhecido alegando depressão, ao tempo que instigou se todos viram os cortes feitos nas áreas de Educação e Saúde, e com isso demonstrando o interesse dele para com o povo brasileiro, no ato, agradeceu o resultado propiciado pela maioria. Na oportunidade, abordou que o gestor desse município tem o perfil ainda pior que do Presidente da República, não volta atrás nas decisões erradas, não muda discursos como teve oportunidade de falar não precisar de vereador, assim como fez em sua região aos 15 (quinze) dias após eleito. Frisou que se o referido não precisasse de vereador, o próprio viria aprovar seus Projetos, discorreu que diferentemente disso, o eleito Presidente da República está firmando uniões, já tendo alianças com 15 (quinze) partidos e pretende governar para todos, não existindo o bem contra o mal como o atual Presidente queria implantar, nem divergências de bandeiras, existindo apenas a bandeira verde e amarela. Seguindo com sua fala, parabenizou os comerciantes pela iniciativa de enfeitar a praça, ao tempo que desejou um Feliz Natal a todos os presentes e ouvintes, pontuando esperar que desta Casa Legislativa saia algo oriundo da Prefeitura que venha beneficiar a população, diferentemente do que foi apresentado até o presente momento. Em seguida, fez cobranças para reposição de lâmpadas na rua que reside o Vice-Prefeito que já se encontra a mais de seis meses às escuras, assim como na rua da residência do vereador a explanar que está escura e interditada. Solicitou ações da Secretaria responsável, caso contrário, pontuou que irá fazer vídeos mostrando ser verídica a situação exposta. No ato, declarou que dará voto desfavorável ao Projeto de Código Tributário frisando que o mesmo veio para “saquear” o povo desse município, mas tende a “não passar” nesta Casa Legislativa. **Na terceira parte – Ordem do Dia, o Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 193/2022 de 04 de novembro de 2022, “Institui o Código Tributário e de Rendas do Município de Macaúbas – Estado da Bahia, como abaixo se especifica e dá outras providências”. A Vereadora **Márcia da Silva Benda** em questão

Roberto Oliveira Sousa
 Benda

Handwritten notes on the left margin, including a signature and the word "mit".

Handwritten notes on the right margin, including several signatures and scribbles.

Handwritten signature at the bottom left corner.

de ordem, pediu vistas ao Projeto, justificando que tomou a decisão em decorrência das falas de alguns vereadores nesta Casa na sessão anterior relacionadas ao Projeto, as quais foram contraditórias em relação ao que existe dentro da citada proposição, dessa forma entendeu que o citado Projeto precisaria de um tempo maior para ser analisado, visto que o colega vereador (sem citar nome) informou que os feirantes iriam pagar R\$ 30,00 (trinta reais) por feira, sendo uma forma muito baixa de fazer política, pois os vereadores nesta Casa são intermediadores de informações, lembrando que o Projeto é necessário e a Gestão precisa se respaldar, pois tem códigos que já são obrigatórios, esclarecendo que foi procurada por vários deles questionando sobre o valor citado, dessa forma mostrou a realidade do Projeto a eles informando que está estipulado cinquenta centavos por metro de barraca assim como a condição de como seria cobrado, ou seja, para as barracas futuramente dentro da feira nova que existe um padronização de seis metros, onde cada feirante iria pagar três reais por feira, o que seria 12 reais mensal, não sendo o caso pelo qual estava pedindo vista do Projeto, mas sim pelo fato dos colegas terem questionado em relação ao tempo que era curto, sendo louvável deixar para votar no próximo ano, ao tempo que comunicou que o Advogado Dr. Diego pediu para informa-los que estava a disposição para quaisquer esclarecimentos. Em questão de ordem, o vereador **Ricardo Costa** disse que o pedido de vista de um Projeto é um direito assistido a qualquer um dos vereadores, porém, neste momento, com todos os prazos vencidos não acredita que esse Projeto irá mudar ou alterar alguma coisa, visto que voltará com três dias se não houver mais nenhum pedido de vista, uma vez que não cabe mais Emenda, dessa forma disse não entender o motivo de está atropelando o Projeto, não sabendo se seria na intenção de convencer algum vereador de alguma forma, acreditando que o vereador consciente não irá mudar a sua opinião, dizendo ser um absurdo a situação solicitada, sendo uma prova de meter a mão no bolso do povo, mas esta Casa não irá deixar, pois a maioria dos vereadores são conscientes e estão do lado do povo. Em resposta ao vereador Ricardo, a vereadora **Márcia Benda** informou que tem mais 20 dias dentro do Código Tributário para entrar com Emendas se quiserem, mas o vereador **Ricardo Costa** afirmou que o prazo para Emendas já havia vencido. Usando questão de ordem, o vereador **Jurandi Silva** concordou com a vereadora Márcia e também pediu vistas ao Projeto devido as divergências que estão existindo nesta Casa em relação ao assunto, lembrando que aconteceu a Audiência Pública nesta Casa e os vereadores que mais questionaram a respeito da taxa não compareceram, informando que apenas cinco estiveram presentes, ao tempo que sinalizou que esteve presente na Audiência e foi quem mais questionou sobre o assunto da taxa, sendo esse o motivo pelo qual pediu vistas. O vereador **Rosenilton Defensor (Nito)** também pediu vistas ao Projeto. O vereador **Marciel Costa** deixou claro que o pedido de vistas ao Projeto foi uma manobra, pois é de conhecimento de todos que o Projeto não será mudado, visto que o Executivo poderia ter encaminhado ofício à Mesa Diretora solicitado a devolução, dessa forma poderia encaminhar outro, mas da forma que foi feito seria na intenção de aprovar do mesmo jeito, afirmando que a maioria dos vereadores vão votar contra e o povo vai ter conhecimento quem são os vereadores que irão votar contra ou a favor. O vereador **José dos Anjos (Ié)** respondendo ao colega que citou sobre os vereadores que não compareceram na Audiência Pública, informou que não compareceu porque tem conhecimento do Projeto, sinalizando que quem teria que está na Audiência era a população da zona rural e de todo o município que deveria ter sido convocado, porém, não foi colocado anúncios, uma vez que nem todos tem acesso as redes sociais, dessa forma disse ser uma incoerência muito grande a retirada do Projeto, pois se voltar não irá mudar nada. O **Presidente Roberto Carlos** de acordo o Parágrafo 4º do Art. 197 do Regimento Interno, concedeu vista ao Projeto nº 193/2022, adiando a sua tramitação por nove dias, uma vez que o prazo é de três dias para cada solicitante, ao tempo que

Roberto Oliveira Sousa
Roberto

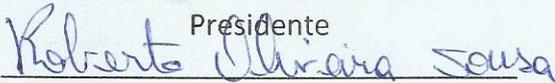
Jurandi Silva

Roberto

informou para a população que os vereadores tem o direito de pedir vistas do Projeto e a Mesa tem o dever de conceder. Também em questão de ordem, o vereador **Waldomiro (Vá de Lindolfo)** parabenizou o Presidente por seguir o regimento, porém, informou a todos os ouvintes que o pedido de vistas do Projeto por três vereadores foi uma tentativa da matéria não ser derrubada, uma vez que era de conhecimento de todos que na corrente sessão o Projeto seria derrubado, então fizeram essa manobra com a desculpa que seria para fazer esclarecimentos, ao tempo que informou que o voto dos vereadores não irá mudar, pois o projeto também não será mudado. Concordou com o colega que antecedeu, informando que a Audiência Pública teria que ter sido para a população que será prejudicada e aos que seriam beneficiados, visto que os vereadores estavam com o Projeto em mãos há mais de mês e tem noção de tudo, ao tempo que pediu respeito no momento de sua fala assim como respeita os colegas. Usando questão de ordem o vereador **Jurandi Silva** respondendo os comentários dos colegas em cima da sua fala, afirmou que os vereadores teriam sim que participar da Audiência Pública, pois quem irá discutir com a população são os vereadores, visto que os mesmos são representantes da população, ao tempo que informou que o Auditório da Câmara estava cheio no dia da Audiência Pública. Também em questão de ordem o vereador **Valmir Conceção**, disse respeitar a decisão da Mesa Diretora, visto que é direito do vereador pedir vista do Projeto, porém, na sua opinião o Projeto só será mudado se o Prefeito solicitar a devolução e mandar novamente de forma diferente, retirando várias taxas existentes, dessa forma irão discutir o código Tributário, mas da forma que está não irão discutir. Em relação ao que foi falado pela vereadora Márcia que citou que teve um vereador que foi na Tribuna falar que os feirantes iriam pagar trinta reais por barraca, relatou que a mesma poderia ter citado o seu nome, pois foi ele que falou, uma vez que no Projeto está bem claro que a as barracas de bebidas e alimentos pagaria trinta reais por dias até sete meses. O **Presidente** interrompeu a fala do vereador, dizendo que o Projeto estava no site da Câmara para quem tivesse interesse, mas o vereador **Valmir**, disse que tinha o direito de usar questão de ordem para falar sobre o assunto que estava sendo debatido por todos os colegas, porém, se o presidente não tinha interesse de defender o povo poderia desligar seu microfone, pois o seu intuito era defender. Em meio a discussão, o **Presidente** pediu para desligar o microfone do vereador, dizendo que a Mesa trabalha de forma competente e sempre defendeu o povo. Sem mais nada a tratar o Presidente **Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério)** agradeceu a presença de todos, e declarou encerrada a presente sessão, às 09h36min, da qual, para constar, eu, Edileide Oliveira Rêgo, Secretária, após autorização do Presidente, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e não havendo retificações será devidamente aprovada e assinada. Macaúbas, 01 de dezembro de 2022.

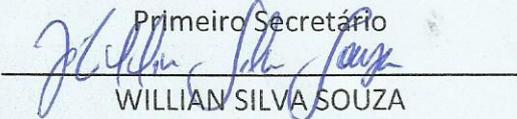

ROBERTO CARLOS ROCHA

Presidente



ROBERTO OLIVEIRA SOUSA

Primeiro Secretário



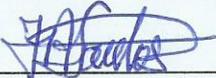
WILLIAN SILVA SOUZA

Segundo Secretário

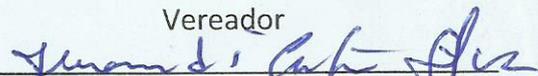


MARCIEL COSTA SOUZA

Suplente de Secretário

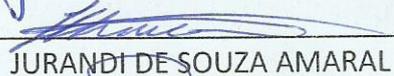

JOSÉ DOS ANJOS SANTOS

Vereador

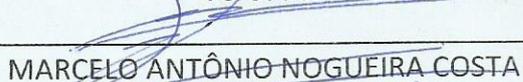


JURANDI COSTA SILVA

Vereador


JURANDI DE SOUZA AMARAL

Vereador


MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA

Vereador

Marcia da Silva Benda

MARCIA DA SILVA BENDA
Vereadora

Rosenilton Defensor Araujo

ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO
Vereador

Ricardo Azevedo Longa

RICARDO AZEVEDO LONGA
Vereador

Valmir Conceição dos Santos

VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS
Vereador

Ricardo Luciano Figueiredo Costa

RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA
Vereador

Waldomiro Sobrinho Mória

WALDOMIRO SOBRINHO MÓIA
Vereador

Edileide Oliveira Rêgo

EDILEIDE OLIVEIRA RÊGO
Secretária